



**ACÓRDÃO Nº1893/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12248/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental – AADESAM.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** José Nilmar Alves de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** José Rodrigo Orestes de Sousa OAB/AM 9938 Luna de Souza Fernandes - OAB/AM 12663, Hannah Caroline Sousa Oliveira - OAB/AM 13565, Andréia Kelly Assunção de Souza Pessoa - OAB/AM 17.037 e Jéssica Silva Monteiro Alves - OAB/AM 16061.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4422/2023-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental - AADESAM. Exercício de 2021.

*Irregularidade. Multa. Determinação.  
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental - AADESAM, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. José Nilmar Alves de Oliveira**, Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos dos arts. 1º, II, “a”, e 22, III, “b”, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art.188, §1º, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. José Nilmar Alves de Oliveira**, Presidente e Ordenador de Despesas da AADESAM, à época, no valor de **R\$68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), em virtude da prática de atos com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM,



**ACÓRDÃO Nº1893/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

conforme achados 1, 2, 5, 7, 8, 9 e 11, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar** à atual gestão da AADESAM que tome providências para que o pagamento das multas e juros por atraso dos repasses, tanto previdenciário quanto trabalhista, do exercício de 2021 (achado 11), seja feito as expensas de quem deu causa, nesse caso, do **Sr. José Nilmar Alves de Oliveira**, sob pena de responsabilidade solidária;

**10.4. Recomendar** à atual gestão da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental - AADESAM que:

- 10.4.1.** atente fielmente para o cumprimento do que determinam as regras de licitações, seja qual for a escolha da norma regedora;
- 10.4.2.** promova qualificação técnica dos servidores que atuam nos processos de compras, licitação e fiscalização de contratos administrativos;
- 10.4.3.** capacite seus servidores às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, da legislação complementar aplicável e às boas práticas de gestão contratual na administração pública;
- 10.4.4.** atente à necessidade de segregar funções importantes no que se refere às etapas de planejamento, execução,



**ACÓRDÃO Nº1893/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

fiscalização e pagamento dos contratos;

**10.4.5.** observe o devido planejamento nas aquisições/contratações, a fim de evitar que sejam descumpridos os Princípios da Isonomia, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Competitividade e da busca da Proposta Mais Vantajosa para a Administração Pública;

**10.4.6.** regularize imediatamente os direitos previdenciários e trabalhistas dos contratados pelo formato celetista.

**10.5. Determinar** à DICAÍ que:

**10.5.1.** realize o monitoramento mensal da AADESAM, por meio de relatório de acompanhamento, na ação de apuração ou não de pagamento de multas e juros relativos ao atraso dos repasses obrigatórios dos direitos previdenciários e trabalhistas, evitando assim prejuízos; ao erário;

**10.5.2.** inclua a matéria relacionada à falta de repasses ou repasses em valores inferiores àqueles devidos, atinentes ao FGTS e ao INSS, do exercício de 2022, caso ainda não o tenha feito, no processo que trata da prestação de contas anual da AADESAM, referente ao exercício de 2022.

**10.6. Determinar** à SEPLENO que encaminhe cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, na forma do art. 22, §3º, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, para adoção das medidas que entender cabíveis no âmbito de sua atuação, em virtude dos indícios de prática de ilícitos penais.

**10.7. Determinar** à SEPLENO que comunique a Caixa Econômica Federal, o Instituto Nacional do Segurado Social, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União, acerca dos fatos relativos à falta de repasses ou repasses em valores inferiores àqueles devidos das contribuições previdenciária e trabalhista, encaminhando-lhes cópia do Relatório Conclusivo nº 001/2023-CI DICAÍ (fls. 11114/11187), do Parecer nº 4422/2023-MPC-EMFA (fls. 11194/11200), do Voto e da decisão,

**10.8. Dar ciência** do teor da presente decisão ao **Sr. Jose Nilmar Alves de Oliveira**, Diretor-Presidente da AADESAM, à época, e ao atual gestor da AADESAM;



**ACÓRDÃO Nº1893/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.9. Arquivar** o processo, após expirados os prazos legais e cumpridas as determinações exaradas.

**11- Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de setembro de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral